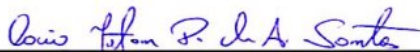


RECIBO

Recebi de **MARCOS AURELIO PADUA RIBEIRO GONÇALVES DE SAMPAIO**, brasileiro, casado, Deputado Federal, devidamente inscrito no CPF sob o nº 017.425.643-48, a importância de R\$15.000,00 (quinze mil reais), referente aos serviços de assessoramento técnico-jurídico e orientação parlamentar realizados pelo escritório Lopes e Almeida Sociedade de Advogados, durante o período de 01 a 21 do mês de dezembro de 2022, com especial enfoque nas proposições legislativas PL 2847/2022, PL 4188/2020, PL 2945/2022, PEC 32/2022, PEC 390/2014, PLN 10/2022, PL 9793/2018, entre outras espécies normativas analisadas durante o período.

Teresina (PI), 21 de dezembro de 2022.



LOPES E ALMEIDA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ 02.814.477/0001-36
Caio latam Pádua de Almeida Santos
OAB-PI 9415

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE ASSESSORIA PARLAMENTAR

Referência: DEZEMBRO/2022

Durante o período de 01 a 21 do mês de dezembro de 2022, foram realizados pelo escritório Lopes e Almeida Sociedade de Advogados, registrada sob o nº 0005/1998, regularmente inscrita no CNPJ 21.814.477/0001-36, trabalhos de assessoria e acompanhamento da atuação legislativa junto ao gabinete do Deputado Federal Marcos Aurélio Sampaio.

Os serviços de assessoramento, obedecendo aos ditames e regulamentações próprias do período de pandemia vivenciado, envolveu, além da atuação em atividades referentes às demandas de seu gabinete e das comissões temáticas como discussão, elaboração de minutas de proposições legislativas, adequação das mesmas à técnica legislativa, pesquisa de jurisprudência e doutrina acerca das proposituras legislativas em tramitação ou a serem elaboradas, realização de estudos, prestando consultoria e análise técnica especialmente nas proposituras legislativas conforme descrito abaixo:

PL 2847/2022 - Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para instituir ações de prevenção do sofrimento psíquico entre os jovens, propondo alteração no Estatuto da Juventude e na Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para instituir ações de prevenção do sofrimento psíquico entre os jovens.

PEC 32/2022 - prevê o fim do teto de gastos revogando dispositivos de lei complementar (contendo novas regras fiscais) e alterando o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no Art. 107, define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023.



PLN 10/2022 - Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, crédito especial no valor de R\$ 827.286,00, para o fim de implemente de benefícios obrigatórios aos servidores, com indenização de representação no exterior - IREX e auxílio-familiar.

REQ 1609/2022 - Institui, em todo o território nacional, o Código de Defesa do Empreendedor através do projeto de Lei no 4.783, de 2020 e estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício da atividade econômica.

PL 9793/2018 - Promove garantias mínimas ao produtor de leite nacional visando aprimorar a relação entre os produtores de leite e as empresas de beneficiamento e comércio de laticínios, especificando a obrigação de vinculação contratual para proteger o pequeno produtor na relação comercial dentre outros aspectos.

PEC 390/2014 - altera o art. 169 da Constituição Federal e o artigo 38 do ADCT para possibilitar a ampliação de limite de despesas com pessoal ativo nas áreas da saúde e da educação que estejam envolvidos na implementação de políticas públicas nas duas áreas.

PL 4188/2020 - Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil.

PL 2945/2022 - Tipifica o crime tentado de Invasão de Domicílio com fins de subtração na modalidade de Tentativa de Roubo sob a justificativa de que o agente que tenta invadir uma residência com o intuito de roubar e não o consegue por circunstâncias alheias, deve ser penalizado.

REQ 1575/2022 - Dispõe sobre gastos com publicidade da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias promovendo duas alterações no art. 93 da Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, para dispor sobre gastos com publicidade da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.

REQ 1585/2022 (PL 2497/2019) - Dispõe sobre Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para incluir entre as competências do Poder Público, as ações de repovoamento com alevinos nas águas interiores e continentais, estimulando e promovendo o processo de repovoamento aquáticos.

REQ 108/2022 - Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias com o objetivo de padronizar legislações e os respectivos sistemas voltados para o cumprimento de obrigações acessórias de forma que possibilite a redução de custos para as administrações tributárias de todas as unidades federadas e para os contribuintes.

REQ 961/2022 - confere maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos



LOPES & ALMEIDA
Sociedade de Advogados

e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais, promovendo alteração na lei de Gestão de Florestas Públicas.

Teresina (PI), 21 de dezembro de 2022.

LOPES E ALMEIDA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CNPJ 02.814.477/0001-36

Caio latam Pádua de Almeida Santos

OAB-PI 9415